



XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020**
Com relatório dos auditores independentes

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmo. Srs.

**Aos Acionistas e Administradores
XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Xmasseto Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Xmasseto Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a continuidade dos negócios da Companhia, cujas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 apresentam patrimônio líquido negativo no montante de R\$29.656 mil (R\$22.358 mil em 2019) e prejuízo no exercício findo nessa data de R\$7.008 mil (R\$6.766 mil em 2019), dependerá do tempestivo monitoramento da valorização das companhias investidas pelo fundo e das ações corretivas tomadas, quando necessário, para o restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto.

Processo arbitral

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia tornou-se parte de um processo arbitral, cujo termo de arbitragem foi assinado em 3 de dezembro de 2020. Em conjunto com seus assessores jurídicos, entenderam que não têm como estimar, de forma confiável neste momento, as possíveis perdas resultantes do processo. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras. Não existem principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório, exceto o mencionado no parágrafo de ênfase.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021.

Crowe Macro Rio Auditores e Consultores LTDA

CRC-RJ-008445/O



Luciana Toniolo Meira

Contador – CRC 1 SP 254.829/O-8



Sergio Ricardo de Oliveira

Contador – CRC 1 SP 186.070/O-8

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanças patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

Ativo	Notas	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	711	2
Adiantamento a fornecedor	-	300	-
Impostos a recuperar	5	61	59
		1.072	61
Não circulante			
Bloqueio judicial	4	9	9
Depósitos judiciais	-	109	-
Cotas de fundos de investimentos	6	32.736	33.026
		32.854	33.035
Total do ativo		33.926	33.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Contas a pagar	-	10	7
		<u>10</u>	<u>7</u>
Passivo não circulante			
Debêntures	7	63.572	55.340
Partes relacionadas	8	-	107
		<u>63.572</u>	<u>55.447</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	10.1	45.377	45.377
Ajustes de avaliação patrimonial	10.2	(51.581)	(51.291)
Prejuízos acumulados	-	(23.452)	(16.444)
		<u>(29.656)</u>	<u>(22.358)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>33.926</u></u>	<u><u>33.096</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas			
Administrativas e gerais	-	(149)	(79)
Resultado operacional	-	<u>(149)</u>	<u>(79)</u>
Resultado financeiro	11	(6.859)	(6.687)
Prejuízo do exercício		<u>(7.008)</u>	<u>(6.766)</u>
<i>Prejuízo básico e diluído por ação</i>		(0,15)	(0,15)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(7.008)	(6.766)
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de avaliação patrimonial – “ETB FIP”	(290)	(4.482)
Total dos resultados abrangentes	(7.298)	(11.248)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de Reais

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	45.377	(46.809)	(9.678)	(11.110)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(4.482)	-	(4.482)
Prejuízo do exercício	-	-	(6.766)	(6.766)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	45.377	(51.291)	(16.444)	(22.358)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(290)	-	(290)
Prejuízo do exercício	-	-	(7.008)	(7.008)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	45.377	(51.581)	(23.452)	(29.656)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(7.008)	(6.766)
Ajustes para reconciliar o resultado gerado pelas atividades operacionais		
Atualização monetária e juros sobre debêntures	8.232	6.702
Reversão de provisão para perda – bloqueio judicial	(1.423)	-
	<u>(199)</u>	<u>(64)</u>
Varição nos ativos e passivos operacionais		
Adiantamento a fornecedor	(300)	-
Impostos a recuperar	(1)	(5)
Bloqueio/(Desbloqueio) judicial	1.423	(9)
Depósito judicial	(110)	-
Contas a pagar	3	7
Partes relacionadas	(107)	68
Obrigações tributárias	-	(1)
Caixa líquido consumido (aplicado) nas atividades operacionais	<u>908</u>	<u>60</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>709</u>	<u>(4)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2	6
No final do exercício	711	2
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>709</u>	<u>(4)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

1. Contexto operacional

A Xmasseto Participações S.A. (“Companhia”) foi registrada na JUCERJ em 9 de setembro de 2011, com objetivo principal de participação em outras sociedades. A Companhia é uma sociedade por ações com sede no Rio de Janeiro, Brasil e possui como principal ativo cotas do ETB FIP.

Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, está sendo realizado um processo que visa à reestruturação financeira e societária do grupo econômico das sociedades investidas pelo ETB FIP. Tal processo conta com o suporte de assessores jurídicos e financeiros especializados e tem por objetivo obter investimentos que permitam superar as atuais dificuldades impostas ao desenvolvimento dos negócios de tais empresas.

Covid -19

Desde o início da pandemia, em 2020, a Companhia não mediu esforços para garantir a proteção de seus colaboradores, tomando todas as medidas preventivas cabíveis conforme os Protocolos e Diretrizes do Ministério da Saúde, minimizando ao máximo o risco de contaminação.

A Administração até o momento, não identificou impactos negativos causados por conta da pandemia do Covid 19 nos negócios da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A administração declara que revisou, discutiu e concorda com estas demonstrações financeiras, autorizando sua conclusão em 25 de março de 2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data e concorda com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes referente às mesmas.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. As principais fontes geradoras de caixa e despesas são originadas em R\$ (reais), desta forma considera-se como moeda funcional a moeda local – R\$ (reais).

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais

2.4. Mudanças nas práticas contábeis significativas

Alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

- **IFRS 16 – Arrendamento (NBC TG 06 (R3) “Operações de Arrendamento Mercantil:** A norma tem como objetivo substituir a norma existente sobre arrendamento mercantil, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamento mercantil para ambas as partes de um contrato. A administração da Companhia avaliou a nova norma e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras.
- **IFRIC 23 – Incertezas em Relação a Tratamentos Tributários**
A interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 12 – Income Taxes) quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a Companhia deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32/ IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. A administração da Companhia avaliou a nova norma e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme a NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

-
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4) e adiantamentos a fornecedores, classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por debêntures (Nota Explicativa nº 7) e contas pagar, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, as quais estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros registrados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.3. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial, os quais não excedem o seu valor de realização.

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

3.4. Cotas de fundos de investimentos

As cotas de fundos de investimento são atualizadas com base no valor da cota divulgado pelos Administradores dos fundos onde os recursos são aplicados.

3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituídas) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com a legislação tributária brasileira, à taxa de 15% de imposto de renda, com adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240, e 9% de contribuição social.

4. Caixa e equivalentes de caixa e bloqueio judicial

Descrição	2020	2019
Circulante		
Caixa e bancos	1	-
Aplicações financeiras	710	2
Total	711	2

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a fundo de investimento de renda fixa a curto prazo, remunerado a Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). A movimentação da aplicação pela Companhia está vinculada à necessidade de caixa diário para gestão administrativa e produtiva, sendo que todo numerário da Companhia está aplicado no fundo, sendo resgatado à medida em que há compromissos bancários programados para o dia, sem ônus ou restrição.

Descrição	2020	2019
Não circulante		
Bloqueio judicial	9	9

Em 11 de abril de 2018 a Companhia sofreu bloqueio judicial de recursos no montante de R\$ 1.423, em razão de ordem judicial que acatou pedido apresentado pelo Ministério Público Federal – MPF. Em 28 de novembro de 2019, no contexto da mesma investigação que realizou o bloqueio em 2018, a Companhia sofreu um reforço de bloqueio de recursos no montante de R\$ 9.

Em 15 de janeiro de 2020 a Companhia teve parte dos recursos desbloqueados no valor de R\$1.423. A respectiva reversão da provisão para perda reconhecida em 2020 pode ser verificada na nota de Receitas Financeiras (Nota Explicativa nº 11).

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

5. Impostos a recuperar

Descrição	2020	2019
Não circulante		
IRPJ e CSLL	58	47
Imposto de renda antecipado – aplicação	4	12
Total	61	59

6. Cotas de fundos de investimentos

Descrição	2020	2019
ETB Fundo de investimento em participações	32.736	33.026

O ETB Fundo de Investimento em Participações (“ETB FIP” ou “Fundo”), foi constituído sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 27 de setembro de 2010. O Fundo possui prazo de duração de 12 anos, contados da data da integralização inicial de cotas em 2010, podendo ser prorrogado se aprovado em Assembleia Geral de Cotistas.

O ETB FIP tem por objetivo, previsto em seu Regulamento, buscar, a longo prazo, a valorização do capital investido, através de aquisição de valores mobiliários de emissão da ATG Americas Trading Group S.A. (“ATG”), bem como de outras companhias que atuem nos setores de produtos financeiros e de tecnologia para o mercado de capitais, possuindo efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão de tais empresas, além de participar de seu processo decisório. Atualmente, o ETB FIP possui a totalidade das ações ordinárias de emissão da ATG.

Em fato relevante publicado em 29 de junho de 2018, a Bridge Administradora de Recursos Ltda., (posteriormente denominada “Única Administração e Gestão de Recursos Ltda.”), administradora do ETB FIP à época, informou aos cotistas que, em razão de determinação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, de 18 de maio de 2018, exarada no âmbito do Processo CVM nº 19957.005288/2018-75, a partir do exercício social iniciado em 1º de março de 2017, o Fundo passaria a ser classificado como uma “Não Entidade de Investimento”, e não mais como uma “Entidade de Investimento”, nos termos da Instrução CVM nº 579/16.

Enquanto classificado como uma “Entidade de Investimento”, o critério de avaliação contábil das empresas investidas pelo Fundo devia observar o disposto no artigo 3º da Instrução CVM nº 579/16 (valor Justo). Com a reclassificação em “Não Entidade de Investimento” determinada pela CVM, o critério de avaliação das empresas investidas pelo Fundo passou a estar sujeito ao disposto no artigo 8º da ICVM 579/16, que determina que deve ser observada, nesse caso, a norma contábil que trata de investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto e de negócio conjunto. Desse modo, a partir de 1º de março de 2017, as cotas do Fundo passaram a refletir o valor patrimonial da ATG, e não mais o seu valor de mercado.

Diferentemente do valor de mercado que leva em consideração os resultados futuros esperados para a companhia, o valor patrimonial reflete o saldo acumulado em determinada data dos resultados obtidos ao longo do tempo, sujeito a eventuais ressalvas e ajustes devido ao seu tratamento contábil.

Ao longo de 2020, no âmbito de Assembleias Gerais de Cotistas do FIP, foi aprovada a prorrogação do prazo do FIP, a eleição da administradora RJI DTVM e a eleição da gestora Angra Partners, instituição de renome no mercado. A eleição de Angra é um marco relevante no processo de

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais

reestruturação mencionado na nota 1, uma vez que se deu, entre outras atribuições, com o objetivo de avaliar potencial transação que viabilize a conclusão da reestruturação.

O resultado do valor das cotas do ETB FIP de propriedade da Xmasseto, refletindo os impactos da determinação da CVM, está demonstrado na movimentação abaixo:

	ETB FIP
Saldo em 31 de dezembro de 2018	37.508
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.482)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	33.026
Ajuste de avaliação patrimonial	(290)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	32.736

Eventuais desenvolvimentos futuros relacionados aos fatos acima poderão ter efeitos sobre as informações apresentadas.

7. Debêntures

Descrição	2020	2019
Debêntures	63.572	55.340

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2017 foi aprovada a emissão de até 400 debêntures no valor nominal unitário de R\$100, série única. O valor aprovado de emissão foi de até R\$40.000 na data de emissão, observada a possibilidade de subscrição parcial das debêntures.

O vencimento das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 144 meses contados da data de emissão, vencendo em 30 de junho de 2029.

As debêntures foram distribuídas por meio de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob o regime de melhores esforços de colocação.

As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. Foram integralizadas por seu valor nominal unitário devidamente atualizado pela variação acumulada do IPCA desde a data de emissão até a data de integralização.

A remuneração das debêntures foi fixada da seguinte forma: o valor nominal unitário das debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado de tempos em tempos pela Fundação Getúlio Vargas (IPCA/IBGE). Os juros serão fixados à taxa de 10% ao ano, incidentes sobre o valor nominal unitário ou valor nominal unitário atualizado, calculados cumulativa e exponencialmente pro rata temporis, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, sendo devidos anualmente

Os recursos captados com a emissão das debêntures serão utilizados para aportes de capital, direta ou indiretamente, ou aquisição, direta ou indiretamente, de participações societárias nas empresas ATG Americas Trading Group S.A., ATS Brasil S.A. e Americas Clearing System S.A., além de reforço de caixa e capital de giro das sociedades controladas e coligadas da Companhia, e pagamento de despesas gerais do ETB FIP.

A Administração junto aos seus assessores jurídicos, entendem que a realização das debêntures acontecerá nos prazos determinados nos contratos e boletins de subscrição, desta forma, as classificaram no longo prazo em 31 de dezembro de 2020.

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

Conforme estabelecido na escritura de emissão das debentures, suas garantias são:

a) Cessão fiduciária de: (i) direitos creditórios de titularidade da emissora correspondentes a 100% (cem por cento) dos dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores a serem percebidos pela emissora em razão de sua participação, atual e futura, no ETB FIP; (ii) direitos creditórios de titularidade da emissora, relacionados aos recursos depositados em conta corrente mantida pela emissora, na qual serão depositados os valores relativos aos direitos creditórios referidos no subitem “i” acima (“Conta Dividendos”), incluindo rendimentos, juros, correções monetárias, multas e demais acessórios; e (iii) títulos, bens e direitos decorrentes de investimentos realizados com os recursos depositados na conta dividendos, nos termos a serem estabelecidos em contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”); e

b) Alienação fiduciária de: (i) 190.516 (cento e noventa mil, quinhentos e dezesseis) cotas de classe A de emissão do ETB FIP, representativas, na presente data, de até aproximadamente 4,60% das cotas de emissão do ETB FIP, as quais são ora detidas pela emissora, nos termos a serem estabelecidos em contrato de alienação fiduciária de cotas (“Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas” e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, os “Contratos de Garantias”); (ii) quaisquer novas cotas de emissão do ETB FIP que venham a ser subscritas ou adquiridas pela emissora, nos termos a serem estabelecidos no Contrato de alienação fiduciária de cotas, (a) por força de desmembramentos ou grupamentos das cotas alienadas fiduciariamente, distribuição de bonificação em cotas ou exercício do direito de preferência referente às cotas alienadas fiduciariamente, ou que, no futuro, a qualquer título, venham a substituir as cotas alienadas fiduciariamente; (b) em razão de integralização das debêntures com cotas de emissão do ETB FIP; ou (c) mediante a utilização indireta de recursos captados por meio da emissão (considerando que as destinações de que tratam o item 3.7.1 da escritura de emissão das debentures serão realizadas, de forma indireta, total ou parcialmente, por meio da subscrição e integralização, ou aquisição, pela emissora, de novas cotas de emissão do ETB FIP).

Em AGD de 9 de novembro de 2020 foi deliberada a declaração do Vencimento Antecipado das debentures, na forma do item “5.3” da Escritura Particular da 1ª de Emissão de Debêntures da Xmasseto Participações S.A., de 30 de junho de 2017, com base nos itens “1.6.b” e “1.6.2” do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Cotas de Fundo de Investimentos em Participações subscrito na mesma data. Em AGD subsequente realizada em 8 de dezembro de 2020 os debenturistas suspenderam os efeitos do vencimento antecipado para que a Emissora apresente um plano de cumprimento das obrigações inadimplidas e retomada da viabilidade econômico-financeira da emissão. A companhia segue em contato com os credores com o objetivo de acordar uma solução.

8. Partes relacionadas

Passivo

Descrição	2020	2019
Mútuo com coligadas	-	107

As transações entre a Companhia e as partes relacionadas referem-se a operações de contas correntes relativas a pagamentos e recebimentos por conta e ordem, dependendo da situação de caixa de cada empresa, visando redução de custos financeiros.

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais

9. Provisão para contingência

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

A Companhia possuía ações de natureza trabalhista classificados pelos assessores jurídicos como riscos de perda possíveis no montante de R\$69 (R\$63 em 2019).

Em 20 de abril de 2020, no contexto de disputa entre cotistas do ETB FIP, os mesmos ingressaram com procedimento arbitral contra a Companhia. O termo de arbitragem foi assinado em 3 de dezembro de 2020 e atualmente o procedimento se encontra em curso no CBMA. A Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, entende que não tem como estimar, de forma confiável, neste momento, as possíveis perdas deste processo.

10. Patrimônio líquido

10.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o capital social era de R\$ 45.377 dividido em 45.377.126 (quarenta e cinco milhões, trezentos e setenta e sete mil, cento e vinte e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

10.2 Ajuste de avaliação patrimonial

Descrição	2020	2019
Ajuste de avaliação patrimonial	(51.581)	(51.291)

Ajuste de avaliação patrimonial referente a atualização no valor das cotas do ETB Fundo de Investimento em Participações.

11. Resultado financeiro

Descrição	2020	2019
Atualização, juros e encargos sobre debêntures	(8.232)	(6.701)
Outras despesas com debêntures	(69)	(64)
Despesas bancárias	(2)	(1)
Reversão de provisão para perda – bloqueio judicial	1.423	-
Rendimento de aplicação financeira	21	79
Total	(6.859)	(6.687)

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

12. Gestão de riscos

A Companhia é exposta através de suas operações aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de variação cambial;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez.

Como todos os outros negócios, a Companhia está exposta a riscos decorrentes da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, políticas e processos da Companhia para gerenciar esses riscos e os métodos usados para medi-los. Mais informações quantitativas sobre esses riscos são apresentadas ao longo destas demonstrações financeiras.

Objetivos gerais, políticas e processos:

A Administração tem responsabilidade geral pela determinação dos objetivos e políticas de gerenciamento de riscos da Companhia e mantém a responsabilidade final por eles. Ela delegou a autoridade para projetar e operar processos que assegurem a efetiva implementação dos objetivos e políticas para a função de finanças da Companhia.

O objetivo geral da Administração é estabelecer políticas que busquem reduzir o risco, na medida do possível, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Companhia. Mais detalhes sobre estas políticas são apresentados a seguir:

a) Risco de variação cambial

O risco de variação cambial é o risco de que uma variação nas taxas de câmbio entre o real e o dólar americano ou outras moedas estrangeiras afetará as operações e os resultados financeiros da Companhia.

Flutuações nas taxas de câmbio podem resultar em flutuações imprevistas nos resultados operacionais da Companhia. A Companhia tem transações que são denominadas em dólares americanos e euro, mas não tem exposição a nenhuma moeda estrangeira altamente inflacionária. A Companhia monitora as variações ocorridas, mas não adota a utilização de instrumentos financeiros de proteção cambial.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira para a Companhia se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros potencialmente sujeitos ao risco de crédito para a Companhia consistem principalmente em caixa e equivalentes de caixa. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com instituições financeiras de crédito respeitável e podem ser resgatados mediante demanda.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição de crédito máxima. Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos em bancos brasileiros de primeira linha.

XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia não possa cumprir suas obrigações financeiras à medida que elas venham a ser devidas. A política da Companhia é assegurar que ela sempre terá dinheiro suficiente para permitir que cumpra suas obrigações quando se tornarem exigíveis, em condições normais e estressadas, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou arriscando danos à reputação da Companhia.

A chave para o sucesso na gestão de liquidez é o grau de certeza nas projeções de fluxo de caixa. Se os fluxos de caixa futuros forem bastante incertos, o risco de liquidez aumenta.

A Companhia monitora o risco de escassez de recursos monitorando as datas de vencimento dos passivos financeiros existentes. Os passivos financeiros da Companhia são compostos por dívidas comerciais e outras contas a pagar, obrigações trabalhistas e tributárias, empréstimos e financiamentos.

13. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

14. Independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 414/2004 da CVM, registre-se que a Companhia, no exercício, não contratou nem teve serviço prestado pela Crowe Macro Auditores Independentes S.S que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

15. Eventos subsequentes

Bloqueio Judicial

Em 11 de fevereiro de 2021 a Companhia sofreu bloqueio judicial no montante de R\$ 693 no contexto de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica em processo trabalhista onde a empresa não figurava no polo passivo. Os assessores jurídicos da Companhia estão avaliando o passivo envolvido e o tratamento a ser dado a referida demanda.
